



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenador/a, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenador/a

Este GT dá continuidade a um debate iniciado em 2015, que respondia a três distintas ordens de problemas: a dimensão política da dor, as técnicas de governo e a escrita etnográfica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes são esquecidos, sublimados e controlados, mas, ainda constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articulações entre técnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu viés analítico é o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como 'dor', 'sofrimento', 'sofrer'; os desafios metodológicos são como fazer etnografia de/em situações de sofrimento; e suas composições políticas - até onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaixão desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condição comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribuições que, independentemente de vínculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a forma política produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espaço à forma produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e populações governáveis. E, de outro lado, não se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de análise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

De compromissos a autoridades: fazer etnografia em um ambiente politizado pelo sofrimento

Autoria: Desirée de Lemos Azevedo

Em 1990, foi encontrada no Cemitério Municipal Dom Bosco, no bairro de Perus, São Paulo, uma vala comum clandestina que, conforme as denúncias da época, teria sido criada para ocultar corpos de militantes assassinados pela Ditadura (1964-1985), os chamados desaparecidos políticos. Após 28 anos, a identificação das ossadas então exumadas segue como um processo inacabado, atualmente a cargo de uma equipe forense multidisciplinar. Essa identificação tanto se mantém como uma das demandas mais particulares e sensíveis de cada familiar que reivindica publicamente um desaparecido político, quanto se torna uma questão de Estado inserida em um conjunto mais amplo de políticas públicas que visam reparar as violações cometidas à época. Partindo de uma pesquisa etnográfica realizada junto à equipe, com o objetivo de compreender o processo de atribuição de identidade a tais ossadas, o presente work procura refletir sobre o papel do sofrimento na articulação das dimensões sensível e governamental da identificação, e sobre como ele atravessa a construção das distintas autoridades enunciativas que surgem em torno à nomeação dos corpos. Ao explicitar minha própria inserção e participação nesse processo, entre os papéis de pesquisadora e colaboradora, pretendo também refletir sobre questões éticas implicadas tanto na construção da autoridade etnográfica, quanto na relação política e afetiva com antigos interlocutores.



Realização:



Apoio:



Organização:

